



PORTARIA Nº 373, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Defere, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, com sede em Belo Horizonte (MG) e torna sem efeito a Portaria nº 9/SAS/MS, de 4 de janeiro de 2016.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando os art. 14 e 15 da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;e

Considerando a Nota Técnica nº 28/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.096118/2014-60/MS, que concluiu, na fase recursal, que foram atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, com sede em Belo Horizonte (MG), CNPJ nº 17.209.891/0001-93, com sede em Belo Horizonte (MG).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 9/SAS/MS, de 4 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 2, de 5 de janeiro de 2016, seção1, página 97.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 374, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Veranense de Assistência em Saúde, com sede em Veranópolis (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no inciso I do art. 21 c/c art. 26, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando os art 2º, 51 e 52, da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 029/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.131757/2010-55/MS, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes do Decreto nº 2.536 de 06 de abril de 1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde; pela prestação anual de serviços ao SUS, no percentual menor que 60% (sessenta por cento) e pela aplicação de percentual da receita efetivamente recebida da prestação de serviços em gratuidade, da Associação Veranense de Assistência em Saúde, CNPJ nº 87.873.279/0001-04, com sede em Veranópolis (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 380/SAS/MS de 4 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 83, de 5 de maio de 2015, seção 1, página 25.

ALBERTO BELTRAME

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 10, DE 13 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação preliminar da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde da clozapina para o tratamento de psicose relacionada à doença de Parkinson apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nos autos do processo MS/SIPAR n.º 25000.046694/2016-28. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições sobre o tema. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas>.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

EDUARDO DE AZEREDO COSTA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 176, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Divulga o resultado dos recursos referentes à adesão de Programas de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade ao Plano Nacional de Formação de Preceptores, nos termos do Edital nº 14/SGTES/MS/2015.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições e considerando os termos do Edital nº 14/SGTES/MS, de 2 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado dos recursos referentes à adesão de Programas de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade ao Plano Nacional de Formação de Preceptores, interpostos em face do resultado da Portaria nº 109/SGTES/MS, de 4 de março de 2016.

Art. 2º Aprovar o quantitativo de vagas para aperfeiçoamento de preceptores e recebimento de bolsa formação para inserção às atividades de aperfeiçoamento de preceptores de residência através do Plano Nacional de Formação de Preceptores, indicado no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Os programas de residência de que trata o artigo 1º deverão indicar o nome dos preceptores, conforme bolsas aprovadas indicadas no Anexo I.

Art. 3º Alterar a divulgação do resultado divulgado no Anexo I da Portaria nº 109/SGTES/MS, de 4 de março de 2016, para excluir da relação de bolsas aprovadas dos Programas de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade as instituições indicadas no Anexo II desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HÉIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	Nº BOLSAS APROVADAS
MG	MONTES CLAROS	22675359000100	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	15
MG	VICOSA	25944455000196	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	1
PR	CURITIBA	75095679000220	HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFPR	6
PR	MARINGÁ	79151312000156	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ	1
RS	PORTO ALEGRE	92787118001525	CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE - ESCOLA GHC	11
SP	IPUÁ	11369190000135	FUNDO MUNICIPAL DE IPUA	1
TOTAL			35	

ANEXO II

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	Nº BOLSAS APROVADAS
SP	GUARULHOS	46.319.000/0022-84	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	5
SP	PIRACICABA	46.341.038/0001-29	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACICABA	4

PORTARIA Nº 177, DE 13 DE ABRIL DE 2016

Divulga o resultado dos recursos apresentados pelos Estados e Municípios em face habilitação de que trata o artigo 5º da Portaria nº 60/GM/MS/2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições, considerando os recursos apresentados em face do resultado divulgado por meio da Portaria nº 110/SGTES/MS, de 4 de março de 2016, referente à habilitação de Estados e Municípios ao recebimento do incentivo financeiro referente ao Plano Nacional de Formação de Preceptores para os Programas de Residência na modalidade Medicina Geral de Família e Comunidade, e considerando os termos da Portaria nº 60/SGTES/MS, de 12 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado dos recursos referentes à adesão de Estados e Municípios ao incentivo financeiro para valorização da preceptoría nos Programas de Residência na modalidade Medicina Geral de Família e Comunidade (RMGFC), nos termos da Portaria nº 60/2016/SGTES/MS.

Art. 2º Declarar os Municípios indicados no Anexo I desta Portaria habilitados ao recebimento do incentivo financeiro de que trata a Portaria GM/MS nº 60, de 12 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. O recurso financeiro a ser disponibilizado aos Municípios habilitados, nos termos desta Portaria, será repassado em parcelas mensais, de forma regular e automática até 2019.

Art. 3º Retificar os códigos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos Municípios habilitados ao recebimento do incentivo financeiro, nos termos da Portaria nº 110/SGTES/MS/2016, conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 4º Excluir da lista do Anexo I da Portaria nº 110/2016/SGTES/MS, bem da habilitação para o incentivo financeiro de que trata a Portaria GM/MS nº 60, de 12 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), o Programa de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, do Município de Rio Grande - RS - IBGE: 431560.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HÉIDER AURÉLIO PINTO